

Aviso n.º 7167/2018

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se pública a lista nominativa do pessoal docente providos no Quadro de Zona Pedagógica, no ano letivo 2017/2018, com efeitos a 01 de setembro de 2017:

Nome	Grupo	QZP	Índice
Benedita Margarida Teixeira Carneiro...	300	01	167
Carla Isabel Ribeiro Martins	120	01	167
Henrique Manuel Azevedo Martins	110	01	167
Raquel da Conceição Maia Martins	500	01	167
Rui Filipe Oliveira Martins	420	01	167

17 de maio de 2018 — A Diretora, *Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira*.

311358496

Aviso n.º 7168/2018

Nos termos do disposto no artigo 132.º do Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, conjugado com o artigo 7.º do Decreto-Lei

Nome	Carreira	Categoria	Índice
Maria Josefina Martins de Oliveira	Docente	Professora do QA	340
Maria Luísa Tubal Condessa Doutel	Docente	Professora do QA	218
Roa Maria Dionísio Fernandes Pereira Nunes	Docente	Professora do QA	340

18 de maio de 2018. — O Diretor, *Hernâni Mealha Pinho*.

311359995

TRABALHO, SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

Gabinete do Ministro**Despacho n.º 5306/2018**

Nos termos do disposto no artigo 13.º da Lei-Quadro das Fundações, aprovada em anexo à Lei n.º 24/2012, de 9 de julho, alterada pela Lei n.º 150/2015, de 10 de agosto, o Conselho Consultivo das Fundações é composto por cinco membros.

Tendo dois membros terminado o seu mandato e outro membro renunciado ao cargo, cumpre proceder à designação de novos membros.

Assim, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e dos n.ºs 2 e 3 do artigo 13.º da Lei-Quadro das Fundações:

1 — Designo a Professora Fernanda Rodrigues representante do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no Conselho Consultivo das Fundações, cujo currículo académico e profissional consta em anexo ao presente despacho.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua publicação.

17 de maio de 2018. — O Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO**Nota curricular**

Identificação: Fernanda P. Rodrigues

Natural de V. Nova de Gaia — Porto, onde nasceu a 04-03-1945

Habilitações académicas:

Licenciatura em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social do Porto (Portugal).

Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa (Portugal)

Doutoramento em Serviço Social (Políticas Sociais e Movimentos Sociais) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil).

n.º 132/2012, de 27 de junho, na sua redação atual, torna-se público que se encontra afixada na sala de professores da escola sede do Agrupamento de Escolas de Sande, Marco de Canaveses, a lista de antiguidade do pessoal docente com referência a 31 de agosto de 2017.

Os docentes dispõem de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso para reclamação.

17 de maio de 2018. — A Diretora, *Manuela da Conceição Monteiro Pinto Ferreira*.

311358844

Agrupamento de Escolas de Santa Catarina, Oeiras**Aviso n.º 7169/2018**

Nos termos do disposto na alínea d), do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, publica-se a lista nominativa do pessoal docente, que cessou a relação jurídica de emprego público por Tempo Indeterminado, por motivo de Aposentação, no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2016.

Experiência Profissional:

Inicia atividade em Janeiro de 1970 no Instituto de Assistência à Família.

No âmbito dos diversos ministérios em que se foi estruturando a Ação Social e a Segurança social teve várias funções, a saber: ação social direta, coordenadora de equipas locais de ação direta, apoio técnico a instituições de solidariedade social, membro de equipas de estudo, coordenadora da equipa técnica de apoio a projetos integrados no II Programa Europeu de Luta contra a Pobreza.

Entre 1995 e 1998 foi Diretora Municipal da Habitação, Desenvolvimento Social, Desporto e Educação na Câmara Municipal do Porto.

De 1998 a 2011 exerce funções integrada no Ministério do Trabalho e Segurança Social. Entre 2006 e 2010, no âmbito deste mesmo Ministério foi Coordenadora dos Planos Nacionais de Ação para a Inclusão (PNAI 2006-2008 e PNAI 2008-2010).

Representa a Federação Internacional de Assistentes Sociais-Região Europa, junto do Conselho da Europa (INGO Conference).

A par mantém, desde 1976, atividade académica e de investigação.

Entre 1976 e 2004 lecionou no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, a nível de licenciatura e Mestrado, tendo ainda tido diversos cargos nos órgãos de gestão.

Leciona, como Professora Convidada, na Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, nos cursos de Mestrado e Doutoramento em Serviço Social, bem como na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto no curso de Mestrado em Ciências da Educação. Tem integrado várias Comissões Científicas de cursos e eventos de natureza científica.

Integrada no Centro de Investigação e Intervenção Educativa (CIEE) da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação tem desenvolvido vários projetos de investigação em vários domínios temáticos, a saber: Pobreza e Exclusão Social, Parcerias nas políticas sociais e na Coesão Social, Responsabilidade Social e cooperação social. Com o Centro de Estudos Sociais (Coimbra) participa nos projetos “Globalização: fatalidade ou utopia” e “A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização: Modernização Económica, Social e Cultural”. Com a European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions (Dublin) foi investigadora-coordenadora no projeto “The Role of Partnerships in Social Cohesion”. Participou ainda em Projetos promovidos por outras entidades europeias como a German Association for Public and Private Welfare e o Comité Europeu de Cooperativas de Trabalhadores (CEDOP).

Membro do Advisory Board do projeto transnacional GOETE (Governance of Educational Trajectories in Europe).

Membro da equipa portuguesa integrada no projeto europeu “Young Adullit” desenvolvido numa parceria composta por sete países.

Tem desenvolvido diversos trabalhos de avaliação no campo de medidas de política social, como Rendimento Mínimo Garantido, Programa Escolhas, políticas e medidas no campo da Assistência Social e programa Rede Social.

De entre as atividades de consultadoria desenvolveu os seguintes: com a UNICEF na elaboração de proposta para uma política de assistência social em Angola, com a Comissão para a Igualdade e a Cidadania no campo do tráfico de Seres Humanos, com a CIM Alto Minho em projeto de desenvolvimento das Redes Sociais e do planeamento local, com a Comissão de Coordenação da Região Norte no estudo das condições sociais da Região Norte. Foi ainda Consultora para o Plano Estratégico da Ação Social (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social).

Perita convidada da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte para a área da Inclusão Social — trabalho preparatório do III QCA (União Europeia).

Membro da equipa de Avaliação Externa da Agência para a Acreditação, Avaliação do Ensino Superior — área de Serviço Social (domínio 762 da CNAEF).

Perita externa para a auditoria do Programa português inscrito no Semestre Europeu (European Social Network).

Consultora da Comissão Europeia (DGV) como membro da equipa portuguesa de avaliação do Programa Europeu Anti-Pobreza II.

Consultora da Comissão das Comunidades Europeias (DGV) como membro da Unidade Portuguesa de Investigação e Desenvolvimento no Programa Comunitário para a Integração Económica e Social dos Grupos Menos Favorecidos (Pobreza III).

Presidente da agência europeia Combined European Bureau for Social Development.

Tem diversas publicações em livro e artigos, bem como participações em congressos e seminários nacionais e internacionais, quer apresentado comunicações, quer integrando as respetivas comissões científicas e organizadoras. Citam-se algumas das publicações: i) Relatório Português sobre “Economic Crisis in Europe — Challenges and response of Social Work Profession”, Federação Internacional de Assistentes Sociais, Região Europa; ii) Relatório Português inserto na Publicação “Connecting Europe with local communities — Social Services priorities for the European semester 2017”; iii) European Perspectives on Poverty and Poor People (coord) — Manual para o Mestrado Europeu em Perspectivas sobre Inclusão Social, Frankfurt an Main, Peter Lang Ed. (2005); iv) “Perceptions of Health and Well-Being in Transition Societies: some results of a qualitative study carried out in the Ukraine”, (em co-autoria) European Journal of Social Work; v) Acção Social na Área da Exclusão Social, (co-autoria), Lisboa, Universidade Aberta; vi) Co-autora do Estudo de Impacto do Rendimento Mínimo Garantido, IDS, MTSS; vii) “Territórios Educativos de Intervenção Prioritária: análise do conteúdo das parcerias”, (com Stephen Stoer), Territórios Educativos de Intervenção Prioritária, Lisboa, IIE; viii) “Partenariat et développement local au Portugal: du ‘localisme globalisé’ à une nouvelle forme d’action collective” (com Stephen Stoer, em Pôle Sud, 12; ix) Parceria e Partenariado (com Stephen Stoer); x) Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal; xi) Acção Local e Mudança Social em Portugal (com Stephen Stoer).

Reconhecimento de mérito:

Agraciada com o Doutoramento Honoris Causa pela Kiev Mohyla Academy, Kiev, Ucrânia.

Medalha de Honra do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

311359776

Gabinete da Secretária de Estado da Segurança Social

Despacho n.º 5307/2018

No dia 15 de outubro de 2017 deflagraram diversos incêndios de grandes dimensões que afetaram um conjunto de concelhos em todo o país, com especial incidência nas regiões Centro e Norte, provocando, para além das trágicas consequências ao nível da perda de vidas humanas, danos e prejuízos em habitações e empresas localizadas, com reflexos na estabilidade dos empregos por elas garantidos, bem como nas atividades agrícola e florestal, colocando famílias, indivíduos e empresas em situação vulnerável.

Face à excecionalidade destes incêndios, foram de imediato aprovadas medidas de urgência de apoio às populações e empresas, com incidência na esfera de competências do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, através da Resolução do Conselho de Ministros

(RCM) n.º 167-B/2017, de 2 de novembro, concretizadas na Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro.

Entre estas medidas, foi previsto um regime excecional e temporário de isenção total do pagamento de contribuições à segurança social durante um período de 6 meses para as empresas e trabalhadores independentes, cuja atividade tenha sido diretamente afetada pelos incêndios em questão. Esta medida abrange as remunerações devidas entre os meses de novembro de 2017 e abril de 2018.

Assim,

Considerando que no âmbito desta medida encontram-se a ser apoiadas 349 entidades empregadoras, abrangendo 3188 trabalhadores, que se encontram em processo de restabelecimento da sua capacidade produtiva, e 222 trabalhadores independentes.

Considerando ainda que, nos termos do ponto 1, da subalínea iv) da alínea b) do ponto 3 da RCM n.º 167-B/2017, de 2 de novembro, esta medida é prorrogável até ao máximo de 6 meses.

Considerando que o artigo 53.º da Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro prevê a avaliação da necessidade de prorrogação da medida em sede de Concertação Social.

Considerando que foram ouvidos os Parceiros Sociais com assento permanente na Concertação Social.

Assim e no uso das competências que me foram delegadas pelo Despacho n.º 1300/2016, de 13 de janeiro de 2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 18, de 27 de janeiro de 2016, determina-se que a medida de isenção do pagamento de contribuições prevista na secção II do capítulo IV da Portaria n.º 347-A/2017, de 13 de novembro, é prorrogada pelo período de 6 meses, abrangendo as remunerações relativas aos meses de maio a outubro de 2018.

16 de maio de 2018. — A Secretária de Estado da Segurança Social, Cláudia Sofia de Almeida Gaspar Joaquim.

311355782

Autoridade para as Condições do Trabalho

Aviso (extrato) n.º 7170/2018

De acordo com o estipulado na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por despacho da Sra. Inspectora-Geral de 02 de março de 2018, foi autorizada a consolidação definitiva de mobilidade na categoria, na carreira de inspetor superior (carreira não revista), categoria de inspetor, no mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, com efeitos a 01 de janeiro de 2018, nos termos do artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, da seguinte trabalhadora:

Elisabete Maria do Nascimento de Matos, para o exercício de funções na Unidade Local do Barreiro, ficando a trabalhadora posicionada no 1.º escalão, índice 500, da tabela remuneratória do pessoal das carreiras de inspeção (carreiras não revistas).

28 de março de 2018. — O Diretor de Serviços de Apoio à Gestão, Rui Manuel Costa dos Santos.

311359151

Aviso n.º 7171/2018

Pelo presente aviso, relativamente ao concurso externo de admissão a estágio para ingresso na carreira de inspetor superior do trabalho, com vista ao preenchimento de 80 postos de trabalho, na categoria de inspetor do trabalho, do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), aberto pelo Aviso n.º 15320-A/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 233, de 6 de dezembro de 2016, torna-se público o seguinte:

1) A lista, alfabeticamente ordenada, dos resultados obtidos pelos candidatos ao concurso, no método de seleção Prova Escrita de Conhecimentos e que faz parte integrante do presente aviso, a qual será ainda afixada nas instalações da ACT, sitas na Praça de Alvalade, n.º 1, 1749-073 Lisboa e disponibilizada na página eletrónica da ACT — <http://www.act.gov.pt>;

2) Ficam os candidatos assinalados como excluídos na lista acima referida, notificados, ao abrigo do disposto no artigo 121.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, aplicável por remissão do artigo 48.º do Decreto-Lei n.º 2014/98, de 11 de julho, que é intenção do júri excluí-los do concurso e pelo motivo indicado, informando-se os mesmos de que poderão, querendo, no prazo de dez dias úteis, pronunciarem-se por escrito, sobre a intenção de exclusão, devendo as respostas ser dirigidas aos Presidentes dos Júris de cada referência e remetidas, por correio registado, para as respetivas moradas, ou entregues pessoalmente